

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.195 - SP (2019/0011725-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : SERGIO EDUARDO TOMAZ E OUTRO(S) - SP352504
AGRAVADO : CARLOS EVANDRO DE CARVALHO COMIN
ADVOGADO : EDMILSON MODESTO DE SOUSA - SP123275

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, em 19/08/2018, em face de decisão que negou seguimento a Recurso Especial, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"APELAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - ITBI - ITBI - Base de cálculo - Municipalidade que pretende utilizar os arts. 7º-A e 7º-B da Lei n. 11.154/91 com relação à base de cálculo - Impossibilidade - Declaração de inconstitucionalidade dos referidos artigos pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça - Base de cálculo que deve ser fixada em relação ao valor da transação - Sentença mantida - Reexame necessário e recurso voluntário improvidos" (fl. 129e).

No Recurso Especial, interposto pela alínea **a** do permissivo constitucional, a parte ora agravante alega violação ao art. 35, 38 e 148, todos do CTN, sustentando, em síntese, que a base de cálculo do ITBI na transação imobiliária noticiada na petição inicial deve ser o valor venal apurado pelo fisco; que o valor da arrematação, em leilão extrajudicial, não corresponde ao valor venal do imóvel; que, "no caso vertente, a base de cálculo do ITBI deve corresponder ao valor venal do imóvel negociado à vista em condições normais de mercado, e não ao preço ajustado entre particulares em leilão extrajudicial, que nem sequer se aproxima do real valor de mercado do imóvel" (fl. 144e).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 151/166e), o Recurso Especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem (fls. 167/170e), ensejando a interposição do presente Agravo (fls. 172/180e).

O recurso não merece prosperar.

Com efeito, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso interposto pelo Município, com base nos seguintes fundamentos:

"Conforme se verifica das razões de apelação, a Municipalidade alega que a cobrança do ITBI é feita com base nas Leis Municipais ns. 14.125/05 e 14.256/06, que deram nova redação à Lei n.

11.154/1991.

Entretanto, o Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça, no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade n. 0056693-19.2014.8.26.0000, reconheceu a inconstitucionalidade dos artigos 7º-A, 7º-B e 12 da Lei n. 11.154/1991, acrescidos pela Lei n. 14.125/05 e pela Lei n. 14.256/06

(...)

Sendo assim, diante da declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos em questão, mostra-se inviável a cobrança do ITBI com base no valor venal de referência, como pretende a apelante.

Pois bem.

Nos termos do art. 38 do Código Tributário Nacional, a base de cálculo do ITBI é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos, ou seja, "o valor real da venda e que deu origem a transação, constante na escritura de compra e venda, constituindo este valor a base de cálculo do ITBI que dever se pago no momento do registro" (TJSP. 15ª Câmara de Direito Público. Apelação n. 1040366-17.2014.8.26.0053. Rei. Des. Eutálio Porto. J. 24.11.2015).

Assim, o lançamento do ITBI é realizado com base no real valor de venda do imóvel informado pelos próprios particulares que transmitem o bem, estando em consonância com o disposto no artigo 38 do Código Tributário Nacional e com o artigo 7º da Lei Municipal n. 11.154/1991:

(...)

Assim sendo, deve ser mantida a sentença para determinar que a base de cálculo do ITBI seja o valor do imóvel pago na arrematação ou o valor venal, o que for mais alto, ressalvando-se a incidência da correção monetária, calculada a partir da expedição da carta de arrematação até o efetivo pagamento.

Ressalta-se, por fim, que se o Município de São Paulo entender que os valores declarados pelo contribuinte para o recolhimento de ITBI não refletem a realidade, aí sim, neste caso, à luz do devido processo legal, poderá interceder para determinar a base de cálculo diferente daquela informada, devendo para tanto aplicar os termos do art. 148 do CTN" (fls. 131/133e).

Verifica-se que, embora o recorrente alegue violação a matéria infraconstitucional, o tema foi decidido à luz do direito local, sendo, dessa forma, inviável o seu exame em recurso especial, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que preceitua: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

A propósito, confira-se o recente precedente da Segunda Turma:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BASE DE CÁLCULO DO ITBI. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO LOCAL.

IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA.

1. O Tribunal de origem, ao analisar a matéria, fundamentou-se nas Leis municipais n. 14.256/06 e n. 11.154/91, assim como no Decreto municipal n. 46.228/05.
2. Incabível, pois, a análise do recurso especial ante a incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".
3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 992.905/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2017).

Ademais, o acórdão recorrido tem fundamento constitucional não impugnado mediante Recurso Extraordinário, o que atrai a incidência da Súmula 126 do STJ, segundo a qual "é inadmissível Recurso Especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta Recurso Extraordinário".

Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. SERVIDOR PÚBLICO. DOENÇA OCUPACIONAL. PENSÃO MENSAL AFASTADA. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. DANO MATERIAL. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não há violação dos arts. 489, § 1º, VI, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC de 2015, pois há fundamentação suficiente para amparar o acórdão recorrido.
2. **Firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário, ocasionando a preclusão de uma das questões e o consequente não conhecimento do recurso. Aplicação da Súmula 126 do STJ.**
3. O Tribunal de origem, com base nas provas existentes, entendeu não haver comprovação do dano material. A inversão do julgado nos moldes pretendidos pela recorrente demanda revolvimento das provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.
4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido" (STJ, REsp 1.707.574/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

Pelo exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

